



## POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE IMPERATRIZ/MA

Angélica Moura Siqueira Cunha<sup>1</sup>  
Rita Maria Gonçalves de Oliveira<sup>2</sup>  
Mariza Borges Wall Barbosa de Carvalho<sup>3</sup>  
Regiana Sousa Silva<sup>4</sup>

### Resumo

Este artigo objetiva caracterizar a política de inclusão escolar do município de Imperatriz – MA, especialmente, no âmbito do Atendimento Educacional Especializado. Esta pesquisa faz parte de um estudo do Observatório Nacional de Educação Especial, que visa avaliar a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas brasileiras. A metodologia foi composta por análises descritivas, tendo como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada com a coordenadora do setor de inclusão do município. De acordo com a análise dos dados, verificou-se a necessidade da expansão do Atendimento Educacional Especializado, priorizando a formação docente para melhoria dos serviços oferecidos.

**Palavras-chave:** Política de Inclusão Escolar; Salas de Recursos Multifuncionais; Atendimento Educacional Especializado.

### Abstract

This article aims to characterize the school inclusion policy of the city of Imperatriz – MA, specially under the Educational Specialist Service. This research is part of a study of the National Observatory of Special Education which aims to evaluate the implementation of the Multifunction Resource Rooms in Brazilian schools. The methodology consisted of descriptive analyzes using as instruments of data collection semi-structured interviews with the coordinator of the inclusion sector of the city. According to the data analysis it was verified a need for expansion of the Educational Specialist Service, prioritizing teacher training to improve the services offered.

**Keywords:** School Inclusion Policy; Multifunction Resource Rooms ; Educational Specialist Service.

<sup>1</sup> Mestre. Colégio Universitário(COLUN) / Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: [angelica@ufma.br](mailto:angelica@ufma.br)

<sup>2</sup> Mestre. Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

<sup>3</sup> Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: [mari.wall@uol.com.br](mailto:mari.wall@uol.com.br)

<sup>4</sup> Mestre. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). E-mail: [regiana@ifma.edu.br](mailto:regiana@ifma.edu.br)



## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo caracterizar a política de inclusão escolar do município de Imperatriz – MA, evidenciando como se dá a organização dos serviços de apoio desenvolvidos, especialmente, no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs). Esta pesquisa faz parte de um estudo do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP), que visa avaliar o programa de implantação das SRM nas escolas comuns, atualmente desenvolvido em 18 estados brasileiros.

O processo investigativo foi composto por análises descritivas, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada com a coordenadora do setor de inclusão da rede de ensino municipal de Imperatriz. Cabe salientar que o roteiro da entrevista foi elaborado por uma comissão composta por pesquisadores doutores integrantes do ONEESP e passou pelo julgamento de cerca de 20 juízes pesquisadores da área de Educação Especial.

Após ser consentida a pesquisa pela Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz, realizou-se uma entrevista semiestruturada com a coordenadora do Setor de Inclusão e Atenção à Diversidade (SIADI) de Imperatriz para coleta de dados sobre a política de inclusão escolar do município. Devido à extensão do roteiro, a entrevista foi realizada em vários encontros, no período de outubro a dezembro de 2011. As respostas foram gravadas para posterior transcrição e análise.

Inicialmente, a coordenadora foi devidamente informada sobre os objetivos da investigação e relevância da participação do município no projeto e, em seguida, assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para realização da pesquisa.

A gestora participante da pesquisa atua na Rede de Ensino Municipal de Imperatriz desde o ano de 2000 e, especificamente, na coordenação do SIADI, a partir do ano de 2009. Inicialmente, foi gestora de uma escola municipal, posteriormente, fez parte da equipe do Centro Municipal de Apoio à Pessoa com Necessidades Especiais (CEMAPNE), em que atuou primeiramente em uma sala de recurso e, atualmente, como



coordenadora deste setor, que recebe a nova denominação de SIADI. Este setor tem como eixo de trabalho as salas de recursos, a formação continuada e a política de educação inclusiva.

A escolha do município de Imperatriz como campo de pesquisa deu-se em função deste representar a segunda maior cidade do Estado do Maranhão, além disso, constituiu-se município polo do Programa “Educação Inclusiva: direito à diversidade” do Ministério da Educação (MEC), voltado para a inclusão escolar nas escolas públicas brasileiras. Portanto, revela uma realidade significativa para a efetivação de uma política que tem como perspectiva a inclusão dos alunos público alvo do AEE nas salas regulares das redes de ensino público.

Inicia-se abordando os condicionantes históricos que permeiam a Educação Especial na rede de ensino municipal de Imperatriz e, em seguida, reflete-se acerca dos serviços de apoio na perspectiva da SRMs.

## **2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ**

A configuração da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Imperatriz revela diferentes concepções, conflitos e desafios, influenciados por condicionantes históricos, políticos, econômicos e sociais.

Segundo relatos da gestora entrevistada, nunca existiu classe especial nas escolas municipais. Contudo, esta rede disponibilizava os professores para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)<sup>5</sup>, a qual mantinha uma escola especial, denominada “Centro Educacional Melvin Jones”.

Em 2001, o município de Imperatriz realizou o I Congresso Municipal de Educação de Imperatriz, que resultou na elaboração do Plano Decenal de Educação do Município de Imperatriz - 2002/2012 (Lei Ordinária n. 1.057 de 23 de dezembro de 2002). Este plano estabelece dentre suas diretrizes a “redefinição de uma política educacional que assegure oportunidades iguais de acesso à escola e condições adequadas e dignas de

---

<sup>5</sup> É uma instituição especializada de caráter filantrópico, que presta serviço nas áreas de saúde, educação e assistência social. Para manter e ampliar seus serviços, além das doações, a APAE realiza convênios e parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais em todo o país.



permanência a crianças, jovens e adultos e estudantes com necessidades especiais” (IMPERATRIZ, 2003, p. 23), enfatizando assim, a responsabilidade do município com a Educação Especial, o que antes se restringia às parcerias com instituições filantrópicas.

Para adequar-se a essa nova realidade, o referido plano define 17 objetivos e metas direcionadas à inclusão nas escolas da rede pública municipal, tendo como foco o desenvolvimento de políticas educacionais articuladas aos diferentes setores sociais, formação continuada para os docentes, garantia de padrões mínimos de infraestrutura das escolas e recursos materiais necessários (IMPERATRIZ, 2003).

Em 2003, o MEC lançou o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com o objetivo de atuar em três linhas: fundamentação filosófica e tecnológica, difusão de conhecimento e capacitação de gestores e educadores. Este Programa propõe que cada município seja monitorado e assessorado na implementação da educação inclusiva para atuar depois como agente multiplicador.

Com a adesão do município a este Programa foram impulsionados ações, serviços e atendimentos no campo da inclusão escolar. Nesse período, a rede municipal “[...] começa a organizar, na Secretaria de Educação, uma proposta de inclusão da pessoa com deficiência” (Coordenadora). A coordenadora informou ainda que uma das primeiras dificuldades encontradas pela equipe do Setor de Educação Especial era a inadequação do espaço para realização dos atendimentos e que, somente em 2005, lhe foi destinado um espaço, que recebeu o nome de CEMAPNE.

Contudo, apenas em 2007, é que a estrutura do CEMAPNE se amplia à medida que outros profissionais passam a compor a sua equipe multiprofissional. Além do atendimento prestado por esta equipe, os professores itinerantes realizavam um trabalho de orientação aos professores das salas de ensino regular, em relação ao processo de encaminhamento dos alunos que necessitavam ser atendidos pela equipe multiprofissional. A partir de análise dos serviços prestados nesse período, a Coordenadora afirma:

“Então, pode-se perceber que o centro tinha uma característica, uma identidade clínica, terapêutica, do ponto de vista clínico. Os profissionais desenvolviam terapias em grupo, terapias individuais. [...] a gente não tinha muita clareza do que era uma sala de recurso.”



O modelo médico do século XVIII teve como preocupação estabelecer uma classificação das doenças e deixou suas influências. Esse modelo atribui à Educação Especial um sentido terapêutico, situando-a em um campo de ação preventivo-corretiva e não educacional. Segundo Sasaki (1997), este modelo médico da deficiência contribui para que a sociedade acredite que sendo a deficiência um problema exclusivo da pessoa, provendo o serviço necessário, o problema estaria solucionado.

Em 2007, aconteceu a primeira formação em AEE, com caráter semipresencial, com recursos do governo federal, oferecida pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Considera-se AEE o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos público alvo da Educação Especial no ensino regular. (BRASIL, 2008b). De acordo com o depoimento da Coordenadora:

“Então, foi a partir dessa formação, que nós nos apropriamos da proposta do que seria a sala de recursos, de quais os objetivos dessa sala, qual era a proposta de fato de uma sala de recurso. Então, nós fomos redirecionando as nossas ações [...]”.

Cabe destacar, que as SRMs são espaços destinados ao AEE nas escolas de educação básica, em turno contrário à escolarização. Estas salas são organizadas com mobiliários, materiais pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para este atendimento. (BRASIL, 2009).

Outra análise realizada pela entrevistada está relacionada a quem são os alunos que se constituem o público da Educação Especial, pois de acordo com sua afirmação o centro atendia alunos com dificuldade de aprendizagem, problemas de comportamento, dislexia, dificuldades na fala e, em menor número, eram os atendimentos relacionados aos que possuíam deficiência.

Sobre essa questão, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva define como público-alvo os alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Superdotação/Altas Habilidades. (BRASIL, 2008a).

Em 2009, o CEMAPNE passa novamente por mudanças em sua gestão. Período este, em que a gestão atual assumiu a coordenação. Este momento constituiu-se oportuno também para se discutir qual seria a função do centro, como também representou espaço de reflexão, redescoberta e construção de identidade.



A entrevistada informou que foi através de muitas controvérsias, entre a equipe da saúde e os profissionais da educação, que o centro buscou uma unidade por meio da desconstrução de uma abordagem clínica e a construção de uma abordagem pedagógica, o que, segundo esta gestora, possibilitou desenvolver um trabalho baseado na orientação, avaliação e encaminhamento nas escolas.

Vale ressaltar que, em 2009, o município de Imperatriz recebeu recursos financeiros federais para a implantação de 15 salas de recursos que começaram a funcionar com mobiliário, material e equipamentos especiais. Conforme o depoimento coletado, em cada sala de recursos, atua um professor (nos turnos matutino e vespertino) para os diferentes tipos de atendimento, incluindo alunos com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento, exceto os alunos superdotados.

Dando continuidade às ações em busca da efetivação de uma política inclusiva, outra medida tomada pelo município foi se posicionar quanto aos professores cedidos pela Secretaria de Educação para a APAE, fato contraditório diante de o município constituir-se polo de um programa que tem como objetivo fomentar a inclusão. Segundo afirma a coordenadora, no ano de 2010, estes professores foram chamados a retornarem à rede municipal e passaram a fazer parte do Setor de Educação Especial, compondo a equipe de itinerância. Neste contexto, as famílias foram estimuladas a matricularem seus filhos nas escolas da rede regular.

Este compromisso assumido encontra respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) no seu art. 60, parágrafo único, que define que o “Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais na própria rede pública regular de ensino.” (BRASIL, 2001).

Os resultados da pesquisa apontam que as ações desenvolvidas na rede municipal de Imperatriz são muito recentes, porém significativas, como afirma a própria coordenadora: “Então, é muito recente, mas a gente tem tentado correr, [...] está acontecendo tudo ao mesmo tempo, os resultados ainda são pequenos em relação à quantidade de ações que a gente tem tentado desenvolver”.



### 3. SERVIÇOS DE APOIO DESENVOLVIDOS NA PERSPECTIVA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Em 2011, de acordo com dados fornecidos pela coordenadora, a Rede Municipal de Educação de Imperatriz possuía 272 alunos matriculados no AEE. Estes alunos estavam distribuídos em 14 salas de recursos que foram implantadas em 2010.

A organização do tempo, turnos e horários nos ambientes destinados a este serviço de apoio acontece respeitando as orientações presentes na Resolução CNE/CEB n. 04/09 em seu Art. 5º, que estabelece: “O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns [...]” (BRASIL, 2009).

A quantidade de dias por semana e o tempo de permanência em cada atendimento na sala de recursos vão depender da necessidade educacional específica de cada aluno, mediante a avaliação técnica. Conforme o depoimento da coordenadora, o atendimento na sala de recursos pode ter duração mínima de três meses e máxima indeterminada. À medida que são alcançados os objetivos definidos para cada aluno, a entrevistada esclarece que novos objetivos podem ser traçados.

Quanto aos recursos financeiros empregados na Educação Especial na rede municipal de Imperatriz, a coordenadora informa que todos os equipamentos das SRMs foram de responsabilidade do MEC e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)<sup>6</sup>. Dando continuidade, a entrevistada esclarece que, para o funcionamento da SRMs, é necessário que haja o repasse da matrícula dupla, a fim de que este recurso possa ser investido em materiais que o aluno necessita.

Quanto ao atendimento em SRMs, a Coordenadora enfatiza:

“Não tem o papel de alfabetizar, e é isto que orientamos aos nossos professores, e nem de reforçar. O papel do professor que está em sala de recurso é de, exatamente, construir recursos, desenvolver recursos, para que o aluno possa então estar inserido em sala de aula comum, desenvolvendo as competências que precisa desenvolver para que possa então, ser aprovado no final do ano letivo, alcançar êxito, ter resultados.”

No que se refere às dificuldades em relação à oferta desse serviço de apoio na escola regular, duas foram mencionadas nos relatos da coordenadora. A primeira refere-

<sup>6</sup> Órgão federal, responsável por executar parte das ações do MEC relacionadas à Educação Básica, prestando auxílio financeiro e técnico aos municípios.



se à garantia do transporte, para que possa ser possibilitado ao aluno frequentar a sala de recurso de forma assídua. A segunda está em se garantir não só o atendimento pedagógico, mas também o atendimento clínico, quando necessário.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do alunado da Educação Especial em Imperatriz, durante um longo período, ocorreu de forma paralela à escola regular, em escola especial de origem privada e em classes especiais em instituição pública estadual ou em instituição filantrópica, constituiu-se um sistema dual, baseado num modelo integrador, que objetiva preparar as pessoas para sua posterior inserção na escola ou na sociedade.

Cabe ao SIADI, enquanto uma coordenação da Secretaria Municipal de Educação, grande responsabilidade com a implementação da política inclusiva, principalmente, quando se leva em consideração a função que o município assume enquanto município-polo, responsável pela implementação do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.

Diante do desafio em se garantir uma educação inclusiva, faz-se necessário priorizar a formação inicial dos professores, garantindo uma formação continuada que possibilite o conhecimento do ser humano em todas as suas dimensões, como também, maior proximidade entre a educação superior e a educação básica.

Na análise dos dados, ficou evidenciada a necessidade da expansão do AEE na rede municipal de Imperatriz, tendo como perspectiva contemplar também, como público-alvo os alunos autistas e com altas habilidades/ superdotação, além de oferecer outros serviços como o atendimento domiciliar e o hospitalar.

Nesse sentido, uma constatação ainda preliminar, dada que a presente pesquisa encontra-se em fase inicial, sugere que a formação dos profissionais para AEE constitui-se um dos eixos que revelam as contradições históricas presentes na Educação. Isso porque tais contradições desvelam os problemas encontrados no âmbito da educação geral, não apenas de alunos público-alvo da Educação Especial, mas de todos aqueles





que não se enquadram nos padrões homogêneos predominantes nas relações pedagógicas.

Especificamente, no que se refere ao AEE em salas de recursos, observa-se uma complexidade ainda maior na formação docente, se considerarmos que as barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais inerentes às relações sociais predominantes na educação de um modo geral, aumentam ainda mais a exclusão escolar, exigindo um profissional crítico, com conhecimentos aprofundados sobre formação humana nas suas diferentes dimensões e especificidades.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº. 4, de 2 de Outubro de 2009**. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: CNE/CEB, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº. 6.571, de 17 de Setembro de 2008**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2008b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de Dez. de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). São Paulo: Cortez, 2001.

IMPERATRIZ. Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer. **Plano Decenal de Educação do Município de Imperatriz**. Imperatriz: Gráfica e Editora União, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7ª Ed., Rio de Janeiro: WVA, 1997.